



COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
S/A CAPITAL FECHADO
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2018
RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

Desempenho Operacional Mercado Consumidor:

Consumidores	2018	2017	2016	2015	2014
Residencial	28.336	27.949	27.532	26.935	26.182
Comercial	3.104	3.047	3.026	2.974	2.983
Industrial	82	84	89	92	93
Rural	4.709	4.611	4.500	4.426	4.304
Poderes Públicos	447	451	421	421	437
Iluminação Pública	33	31	31	31	31
Serviço Público	69	66	66	62	64
Consumo próprio	11	11	11	16	15
Total	36.791	36.250	35.676	34.957	34.109
Variação	1,49%	1,61%	2,06%	2,48%	2,40%
 Mercado atendido	2018	2017	2016	2015	2014
Fornecimento - MWh	120.824	116.906	115.441	114.343	114.080
Residencial	46.220	45.078	43.324	42.083	41.217
Comercial	22.060	21.289	20.447	20.655	20.051
Industrial	16.212	14.183	13.440	14.349	15.728
Rural	18.171	16.820	18.208	17.627	17.514
Poderes públicos	5.892	5.851	5.618	5.537	5.543
Iluminação pública	7.499	8.895	9.518	9.371	9.256
Serviço público	4.578	4.583	4.662	4.498	4.565
Consumo próprio	192	207	224	223	206
Total	120.824	116.906	115.441	114.343	114.080
Variação	3,35%	1,27%	0,96%	0,23%	6,01%
Balanco Energético - Energia requerida - MWh	2018	2017	2016	2015	2014
Venda de energia	120.824	116.906	115.441	114.343	114.080
Fornecimento	120.824	116.906	115.441	114.343	114.080
 Mercado atendido	120.824	116.906	115.441	114.343	114.080
Perdas na distribuição	14.677	18.029	14.954	14.322	13.824
Perdas técnicas	13.121	15.385	13.948	13.404	12.678
Perdas não técnicas-PNT	1.556	2.644	1.006	918	1.146
PNT/Energia requerida - %	1,15%	1,96%	0,77%	0,71%	0,90%
Perdas totais - PT	14.677	18.029	14.954	14.322	13.824
PT/Energia requerida %	10,83%	13,36%	11,47%	11,13%	10,81%
Total	135.501	134.936	130.395	128.666	127.904

Índices Técnicos da CHESP:

O índice de perdas totais foi de 10,83%, resultado expressivo quando comparado com os 13,36% realizados em 2017.

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC foi de 11,91 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor - FEC foi 10,90 vezes, resultados ligeiramente superiores aos realizados em 2017, mas com a construção do segundo circuito de 69KV ligando nosso sistema à SE/Itapaci da CELG G&T teremos uma melhora significativa.

Investimentos:

A CHESP realizou, em 2018, investimentos da ordem de R\$ 3,77 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros.

Certificação:

Em 2018, a CHESP manteve a certificação dos processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial, de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001, versão 2015.

A CHESP e seu Contador titular, pelo segundo ano consecutivo, foram contemplados pela ABRAÇONEE com o Prêmio Qualidade da Transparência Contábil 2018, ano-base 2017, metodologia aplicada na avaliação e seleção das empresas participantes e premiadas pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Eventos - Projetos Culturais e Esportivos:

Promover o contato e a prática com o campo cultural, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, promover maior acesso à cultura e a prática da cidadania, além de incentivar a prática desportiva como forma de inclusão social.

A CHESP apoiou por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e Lei que instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Cultura (Pronac), os Projetos: "Invenções Dramatúrgicas II - Núcleo de Dramaturgia Novo Ato" projeto de pesquisa e criação dramaturgica de um livro com dois monólogos, uma minissérie, um roteiro de cinema dividido em três partes e uma peça de teatro, e "Dodance - Mostra Cultural de Dança" com objetivo de produzir trabalhos de arte utilizando a dança como sua fonte de referência., e por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - PROESPORTE, o projeto esportivo CESUR - Centro Esportivo de Uruana (futsal).

Agradecimentos:

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação.
Ceres, 31 de dezembro de 2018.

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

BALANÇO SOCIAL:

1 - BASE DE CÁLCULO

	2018	2017
1.1 - Receita Líquida (RL)	58.740	52.934
1.2 - Resultado Operacional (RO)	5.240	4.288
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	5.612	5.645

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	2018			2017		
	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
2.1 - Alimentação	1.008	17,96%	1,72%	1.014	17,96%	1,92%
2.2 - Saúde	144	2,56%	0,24%	111	1,97%	0,21%
2.3 - Educação	41	0,74%	0,07%	42	0,74%	0,08%

4 - CORPO FUNCIONAL

4.1 - Nº Empregados ao Final do exercício

4.2 - Escolaridade dos empregados:						
Superior com extensão universitária						
Ensino Médio						
Ensino Fundamental						
Outros						
4.3 - Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos						
de 30 até 45 anos						
acima de 45 anos						
4.4 - Nº Admissões durante o exercício						
4.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)						
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)						
4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa						
4.7 - Aposentadoria						
4.8 - Portadores de deficiência física						
4.9 - Dependentes dos empregados						
4.10-Estagiários						
4.11-Relação entre a maior e menor remuneração						
4.12- Acidente de Trabalho sem afastamento						
4.13- Acidente de Trabalho com afastamento						

	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	313	5,58%	0,53%	314	0,56%	0,59%
2.5 - Gratificação de Férias	165	2,93%	0,28%	163	2,89%	0,31%
2.6 - Outros Benefícios	106	1,89%	0,18%	119	2,11%	0,22%
Total	1.777	31,66%	3,02%	1.763	31,23%	3,33%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

	% sobre RO			% sobre RO		
3.1 - Tributos	31.368	598,62%	53,40%	27.209	634,54%	51,40%
Total	31.368	598,62%	53,40%	27.209	634,54%	51,40%

	2018	2017
	123	128
	34	36
	79	83
	5	4
	5	5
	25	25
	64	68
	34	35
	10	16
	21	22
	9,5	13,0
	12,5	17,6
	4	4
	1	2
	2	2
	194	159
	1	1
	12,54	12,52
	0	0
	0	0

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):	57.984			50.126		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	78,80% governo	13,58% colaboradores	3,01% acionistas	77,73% governo	15,60% colaboradores	2,72% acionistas
	2,08% terceiros		2,53% retidos	1,46% terceiros		2,49% retidos

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores em milhares de reais)				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores em milhares de reais)			
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Legislação	Societária			Legislação	Societária	
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
CIRCULANTE				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.218	4.092	Fornecedores	17	4.740	4.405
Consumidores	5	10.963	11.477	Obrigações sociais e trabalhistas	18	861	845
Concessionárias e permissionárias	6	67	57	Encargos de dívidas		4	2
Depósitos judiciais		1	0	Tributos	19	1.615	2.498
Subvenção CDE		464	534	Dividendos e juros sobre o capital próprio		207	235
Ativos financeiros setoriais	7	1.451	1.490	Empréstimos e financiamentos	20	1.166	457
Tributos compensáveis	8	901	722	Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	21	815	1.514
Parcelamentos com órgãos públicos	9	1.453	1.216	Obrigações estimadas com pessoa	18	566	604
Parcelamento com consumidores	10	92	0	Encargos setoriais	22	2.699	3.585
Serviços em curso	11	1.023	395	Passivos regulatórios	23	1.275	908
Outros ativos circulantes	12	639	581	Outros passivos circulantes		328	233
Almoxarifado operacional		338	393	Total do Passivo Circulante		14.278	15.285
Despesas pagas antecipadamente	13	110	79	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Total do Ativo Circulante		22.717	21.035	Empréstimos e financiamentos	20	1.206	368
NÃO CIRCULANTE				Provisão para litígios	24	7.535	5.223
Tributos compensáveis	8	331	304	Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	21	0	815
Cauções e depósitos vinculados		976	927	Passivos financeiros setoriais		384	150,29
Parcelamento com órgãos públicos	9	700	1.525	Incentivos fiscais	26	118	118
Parcelamento com consumidores	10	533	0	Outros passivos não circulantes		9	11
Adiantamento incentivos fiscais		12	12	Total do Passivo Não Circulante		9.252	6.686
Outros ativos não circulantes	14	1.668	1.668	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativos de geração em curso a receber	15	96	395	Capital social	27	23.381	21.804
Bens e direitos para uso futuro		1	1	Reservas de capital	27	6.769	6.718
Ativo financeiro da concessão	16	4.849	2.680	Reservas de lucros	27	7.170	5.895
Intangível	16	28.968	29.042	Recursos destinados a aumento de capital		-	1.200
		33.817	31.722	Total do Patrimônio Líquido		37.320	35.616
Total do Ativo Não Circulante		38.133	36.553	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		60.850	57.588
TOTAL DO ATIVO		60.850	57.588				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores em milhares de reais)				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores em milhares de reais)			
	Legislação	Societária			2018	2017	
	Nota	2018	2017				
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Fornecimento de energia elétrica	32	95.357	83.457	Recebimentos de consumidores	98.218		84.134
Encargos de conexão		282	198	Recebimento uso mútuo postes	319		294
Outras receitas	32	5.530	5.198	Recebimento CCEE/repasses CDE	4.841		3.831
		101.170	88.854	Outros ingressos	1.995		2.871
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta				Pagamentos a fornecedores	(5.260)		(4.283)
ICMS		(24.946)	(21.789)	Pagamentos a pessoal	(9.799)		(9.596)
PIS	32	(1.100)	(963)	Pagamentos energia elétrica comprada	(34.961)		(30.098)
COFINS	32	(5.309)	(4.445)	Pagamentos outras despesas	(1.236)		(1.148)
ISS		(12)	(12)	Caixa gerado pelas operações	54.117		46.006
Bandeira tarifária		(2.936)	(2.339)	Juros pagos	(728)		(394)
Taxa de fiscalização		(93)	(91)	Tributos	(32.780)		(27.332)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(7.472)	(5.799)	Taxas regulamentares	(9.051)		(8.011)
Pesquisa desenvolvimento e eficiência energética		(561)	(482)	Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(3.177)		(2.488)
		(42.429)	(35.920)	Fluxo de caixa antes item extraordinário	(45.736)		(38.225)
Receita Operacional Líquida	32	58.740	52.934	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	8.381		7.781
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Custo com Energia Elétrica				Compra do ativo imobilizado	(4.499)		(3.507)
Energia elétrica comprada para revenda	34	(34.342)	(30.496)	Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(4.499)		(3.507)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição		(1.557)	(729)	Fluxo de caixa das atividades financeiras			
Custo de Operação				Aplicações financeiras	-		(927)
Pessoal e administradores		(9.109)	(9.187)	Recebido por empréstimos e financiamentos	900		200
Materiais		(1.188)	(1.077)	Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.158)		(3.395)
Serviço de terceiros		(4.488)	(4.136)	Dividendos/juros sobre capital próprio	(1.498)		(1.266)
Depreciação e amortização		(2.362)	(2.449)	Caixa líquido consumido nas atividades financeiras	(2.756)		(5.389)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(109)	(129)	Aumento (diminuição) líquido na conta caixa	1.126		(1.114)
Outras despesas	35	(1.060)	(1.296)	- Saldo da conta caixa no início do exercício	4.092		5.206
		(18.317)	(18.274)	- Saldo da conta caixa no fim do exercício	5.218		4.092
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		4.524	3.435	Aumento (diminuição) líquido na conta caixa	1.126		(1.114)
Receita de construção da infraestrutura da concessão	37	3.340	3.219	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	37	(3.340)	(3.219)				
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		(180)	(34)				
RESULTADO DO SERVIÇO		4.344	3.401				
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	38						
Receita financeira		2.079	1.578				
Despesa financeira		(1.183)	(691)				
		896	887				
RESULTADO OPERACIONAL		5.240	4.288				
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		5.240	4.288				
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(500)	(413)				
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		4.740	3.875				
IMPOSTO DE RENDA		(1.358)	(1.123)				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		3.382	2.752				
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:							
Participações	31	(169)	(138)				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		3.213	2.614				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.213	2.614				
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$		0,8017	0,8597				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017									
(Valores em milhares de reais)									
Legislação Societária									
EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	RECURSOS P/AUMENTO CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2016	21.804	658	1.787	4.220	289	3.129	0	0	31.887
Ajuste VNR/VOC	-	-	-	-	-	1.151	-	-	1.151
Remuneração sobre o Capital Próprio	-	53	-	-	-	-	-	-	53
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.614	2.614
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.367)	(1.367)
Reserva Legal	-	-	-	-	131	-	-	(131)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	1.194	-	(1.117)	77
Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento capital social	-	-	-	-	-	-	1.200	-	1.200
EM 31 DE DEZEMBRO 2017	21.804	711	1.187	4.220	420	5.475	1.200	0	35.616
Ajuste VNR/VOC	-	-	-	-	-	(467)	-	-	(467)
Aumento Capital Social AGE 23/01/2018	1.577	-	-	-	-	-	(1.577)	-	-
Ajuste VNR/VOC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração sobre o Capital Próprio	-	51	-	-	-	-	-	-	51
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.213	3.213
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.470)	(1.470)
Reserva Legal	-	-	-	-	161	-	-	(161)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	1.582	-	(1.582)	-
Recursos destinados a aumento capital social	-	-	-	-	-	-	377	-	377
EM 31 DE DEZEMBRO 2018	23.381	762	1.787	4.220	581	6.590	0	0	37.320

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017			CNPJ N° 01.377.555/0001-10		
(Valores em milhares de reais)			NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS		
			EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2018 e 31.12.2017		
			(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		
	2018	2017			
Receitas de vendas de energia e serviços	101.170	88.854	<p>NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL</p> <p>A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL N°049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a microrregião denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.</p> <p>NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</p> <p>Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de</p>		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(109)	(129)			
Outras receitas (despesas) operacionais	(180)	(34)			
	100.880	88.690			
(-) INSUMOS					
Custo da energia comprada	(35.899)	(31.225)			
Materiais e serviço de terceiros	(5.676)	(5.213)			
Outros gastos operacionais	(1.037)	(1.256)			
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(42.613)	(37.694)			
(=) Valor adicionado bruto	58.267	50.997			
(-) Depreciação e amortização	(2.362)	(2.449)			
(=) Valor adicionado líquido gerado	55.905	48.548			
Receitas financeiras	2.079	1.578			
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	57.984	50.126			
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados e administração:					
Remunerações	5.416	5.510			
Encargos sociais (exceto INSS)	417	443			
Auxílio alimentação	977	977			
Convênio assistencial e outros benefícios	589	445			
Participação nos resultados	476	444			
	7.875	7.819			
GOVERNOS					
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	24.946	21.789			
PIS/COFINS	6.410	5.408			
INSS (sobre folha de pagamento)	1.404	1.505			
Imposto de renda e contribuição social	1.858	1.536			
Encargos do consumidor	11.062	8.711			
Outros impostos, taxas e contribuições	12	12			
	45.691	38.961			
Juros e variações monetárias	1.183	691			
Aluguéis	23	41			
Financiadores	1.205	731			
Dividendos e participações	1.470	1.367			
Lucros retidos	1.743	1.248			
Acionistas	3.213	2.614			
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	57.984	50.126			

informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 29 de abril de 2019.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 20/03/2019.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, contabilizadas com base no regime de competência e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota5).

d) Almoxxarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxxarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

g) Ativo Imobilizado e Depreciação

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

l) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2018	2017
Aplicações no mercado aberto	3.099	2.204
Contas bancárias à vista	1.276	1.016
Numerário em trânsito e caixa	843	872
Total	5.218	4.092

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 – CONSUMIDORES

5.1 – Desempenho operacional

Em 31 de dezembro 2018 foram totalizadas 36.791 unidades consumidoras faturadas, número 1,49% superior ao de 2017 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	2018	2017	2016	2015	2014
Residencial	28.336	27.949	27.532	26.935	26.181
Industrial	82	84	89	92	93
Comercial	3.104	3.047	3.026	2.974	2.983
Rural	4.709	4.611	4.500	4.426	4.304
Demais classes	560	559	529	530	547
Total	36.791	36.250	35.676	34.957	34.109

A CHESP registrou um crescimento da ordem de 3,35% em seu mercado consumidor, fornecendo 120.824MWh de energia elétrica em 2018 (116.907MWh em 2017). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	2018	2017	2016	2015	2014
Residencial	46.220	45.078	43.324	42.083	41.205
Industrial	16.212	14.183	13.440	14.349	15.727
Comercio e serviços	22.060	21.289	20.447	20.655	20.051
Rural	18.171	16.820	18.208	17.627	17.527
Poder Público	5.892	5.851	5.618	5.537	5.543
Iluminação Pública	7.499	8.895	9.518	9.371	9.256
Serviço Público	4.578	4.583	4.662	4.498	4.565
Consumo próprio	192	208	224	223	206
Total	120.824	116.906	115.441	114.343	114.080
Variação %	3,35%	1,27%	0,96%	0,22%	6,01%

Fornecimento	2018	2017
Faturado	5.716	7.218
Não faturado	3.185	3.186
Parcelamentos a receber	1.655	727
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(2)	(4)
Serviços cobráveis	33	30
Juros e multas s/faturas a receber	129	145
Outros créditos/débitos	247	175
Total	10.963	11.477

Consumidores - Contas a receber

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vencidos	PCLD	(91)	A receber	PCLD	2018	2017
Residencial	439	1.809	(91)	28	(7)	2.178	2.306
Residencial Baixa Renda	20	105	-	-	-	125	124
Industrial	297	392	(45)	50	-	694	1.151
Comércio e serviços	232	721	(43)	102	(8)	1.004	1.083
Rural	98	416	(7)	31	-	538	657
Poder Público	254	718	(21)	1.187	-	2.138	948
Iluminação Pública	254	369	-	265	-	888	1.566
Serviço Público	88	-	-	-	-	88	93
Subtotal	1.682	4.530	(207)	1.663	(15)	7.653	7.928
Fornecimento não faturado	3.185	-	-	-	-	3.185	3.186
Serviço Taxado/ Diversos	96	37	-	-	-	133	367
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(1)	(7)	-	-	-	(8)	(4)
Total	4.962	4.560	(207)	1.663	(15)	10.963	11.477

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor classe	Vencidas					Renegociados	Total	
	A vencer Até 60 dias	Vencidas Até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias		2018	2017
Residencial	1.733	261	28	35	97	24	2.178	2.306
Residencial Baixa Renda	104	17	1	1	2	-	125	124
Industrial	529	10	-	-	105	50	694	1.151
Comércio e serviços	668	101	11	55	71	98	1.004	1.083
Rural	375	90	10	2	37	24	538	657
Poder Público	415	221	125	136	212	1.029	2.138	948
Iluminação Pública	364	154	97	35	224	14	888	1.566
Serviço Público	88	-	-	-	-	-	88	93
Serviço Taxado/ Diversos	96	28	4	2	3	-	133	367
Compensação DIC/FIC/DMIC	(2)	(2)	-	(1)	(3)	-	(8)	(4)
Total	4.370	880	276	265	748	1.239	7.778	8.291

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Componentes	2018	2017
Encargos de uso da rede elétrica	25	24
Outros créditos - reembolso de gastos operacionais	42	31
Total	67	55

NOTA 7 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/17	Adição	Amortização	Saldo 31/12/18	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	1.490	5.690	(5.730)	1.450	330	1.120	1.450
CVA - Energia comprada	1.476	4.318	(4.666)	1.128	320	808	1.128
CVA - PROINFA	3	27	(30)	-	-	-	-
CVA - CDE	11	1.345	(1.034)	322	10	312	322
Demais Ativos Financeiros Setoriais	534	4.801	(4.871)	464	-	464	464
CDE descontos tarifários	421	4.095	(4.175)	341	-	341	341
Diferença mensal de receita Baixa Renda	113	706	(696)	123	-	123	123
Total	2.024	10.491	(10.601)	1.914	330	1.584	1.914

NOTA 8 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para Ativo Fixo a recuperar em até 48 parcelas	299	331	221	304
Imposto de renda e contribuição social	146	-	39	-
Antecipação Lei 12996/2014	450	-	450	-
Outros	-	-	12	-
Total	895	331	722	304

NOTA 9 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Orgão	Amortização	2018		2017	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde	03/13 a 02/18	-	-	38	-
Prefeitura Municipal de Carmo Rio Verde - Parcelamento/16	12/16 a 03/21	395	191	255	344
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	6	-	43	3
Prefeitura Municipal de Rialma - Parcelamento 2016	12/16 a 11/21	231	363	231	561
Prefeitura Municipal de Nova Glória	11/16 a 02/20	489	27	326	190
Prefeitura Municipal de Ceres - Parcelamento 2014	12/14 a 11/19	206	-	206	189
Prefeitura Municipal de Ceres - Parcelamento 2017	04/17 a 12/20	92	100	85	193
Prefeitura Municipal de Ipiranga	09/17 a 08/20	34	18	29	45
Total		1.453	699	978	1.213

Prefeitura de Carmo Rio Verde

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.015/05 de 16 de junho de 2005, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referentes ao período de junho de 2000 a dezembro de 2004.

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Carmo Rio Verde - Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de abril de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Uruana

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 996/2006 de 10 de maio de 2006, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica (R\$ 151) referentes ao período de abril a junho de 2004 e Termo de Convênio Reluz (R\$ 90);

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma - Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do Processo 201602998293, comarca de Rialma-GO, corresponde a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de maio de 2015 a julho de 2016;

Prefeitura de Nova Glória

- Parcelamento autorizado pela Lei municipal nº 1.701 de 13 de outubro de 2016, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

Prefeitura de Ceres - Parcelamento 2014

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de maio de 2008 a março de 2009 e outubro de 2010 a maio de 2011;

Prefeitura de Ceres - Parcelamento 2017

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, Secretaria de saúde e Secretaria de educação vencidas entre junho de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Ipiranga

- Contrato de confissão de dívida e compromisso de pagamento nº 221/2017, autorizado pela Lei Municipal nº 220/2017 de 20 de setembro de 2017, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos e iluminação pública vencidas no período de 06/05/2016 e 06/01/2017.

NOTA 10 - PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES

Parcelamento processo	Amortização	2018	
		Circulante	Não circulante
201502005918	07/18 a 10/23	92	533

Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia.

NOTA 11 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2018	2017
- Serviço Próprio	1.015	384
ODS Serviço Próprio	26	96
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	989	288
ODS - Serviço Terceiros	8	11
- Total	1.023	395

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2018	2017
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	3	6
Adiantamento a empregados/fornecedores	152	140
Energia Elétrica (Reserva/PDD)/Agentes Arrecadadores/Termo confissão dívida	-	72
Partes relacionadas	234	91
Fornecedores Proinfa/adiantamento	90	76
Prefeituras Municipais	21	59
Fatura aluguel de postes	49	48
Alienação/Desativação em curso	60	36
Parcelamento de créditos a receber de consumidores	92	-
Outros	30	53
Total	731	581

NOTA 13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	109	-	78	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	110	-	79	-

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbi.

NOTA 15 – ATIVOS DE GERAÇÃO A RECEBER

Valores a receber da empresa Companhia São Patrício de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CSP - G&T referente a investimentos realizados na instalação de novos equipamentos e reforma de itens de turbina e geradores da PCH Cachoeira do Lavrinha, conforme transferência do Contrato de Concessão nº 43/1999.

NOTA 16 - ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO
Ativos Financeiros da concessão

Os ativos financeiros indenizáveis referem-se à parcela não amortizada, até o final de concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos, não amortizados, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir

Componente	2018	2017
Ativo Financeiro	4.849	2.680
Ativo Intangível	28.968	29.042
Total	33.817	31.722

Ativos Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Direito de concessão (infraestrutura)			2018	2017
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	68.495	(31.373)	37.122	37.975
Em curso	4.849	-	4.849	2.680
Subtotal	73.344	(31.373)	41.971	40.655
(-) Obrigações especiais	(13.973)	5.819	(8.154)	(8.933)
Total do intangível	59.371	(25.554)	33.817	31.722

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES	Operação	Juros% aa/am	Encargos de dividas	2018		2017	
				Principal		Principal	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	BBD/FINAME TRAF0 25MVA Contr: 6026904	4,5 aa	1	153	767	-	-
	BB CCB 045809011	3,924 aa	3	514	214	-	-
	Eletróbrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	23	94	23	118
	Eletróbrás-Contr.ECF262/2009	5,0 aa	-	31	55	31	86
	Eletróbrás-Contr.ECFS205/2007	5,0aa	1	44	26	45	70
	CCB-Bradesco Financ.Veículo 3050646-8 - Cam Volvo	12,0 aa	-	41	14	41	54
	BCO VW AMAROK NF449015	24,56 aa	-	25	6	25	31
	Banco VW Contr.39989811 AMAROK	16,49 aa	-	22	30	-	-
	Eletróbrás-Contr.ECFS152/2006	5,0aa	-	-	-	28	-
	BB CRED FIXO 045.808.810	19,14aa	-	-	-	2	183
	BCO VW SAVEIRO NF133756	22,48aa	-	2	-	18	2
	CDC-Bradesco Financ.Veículo 3004061-2	16,90aa	-	6	-	19	6
	BCO VW SAVEIRO NF136644	21,11aa	-	1	-	13	1
	CEF-Cartão BNDES	10,0am	-	-	-	15	-
	Banco VW Contr. 38067244	23,28aa	-	-	-	13	-
	Banco VW Contr. 35128986	19,14aa	-	-	-	3	-
	Mútuo Ricardo Pina Martin	0,9am	-	303	-	-	-
Total			4	1.166	1.206	3	368

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Obrigações especiais	2018	2017
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	8.953	8.675
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.438
(-) Participações e Doações - Reintegração Acumulada	(4.900)	(4.387)
TOTAL	8.562	8.797

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 17 – FORNECEDORES

Fornecedores	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	3.891	-	3.768	-
Materiais e serviços	849	-	637	-
Total	4.740	-	4.405	-

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2018	2017
Folha de pagamento líquida	271	282
Tributos retidos na fonte	106	108
Participações nos lucros e resultados	482	452
Outras	2	3
Total	861	845

Obrigações estimadas com pessoal

Componentes	2018	2017
Provisão de férias e encargos sociais	566	604
- Total	566	604

NOTA 19 – TRIBUTOS

Impostos e Contribuições	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.003	-	1.799	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	88	-	90	-
INSS	147	-	142	-
PIS/COFINS	285	-	383	-
Outros	92	-	84	-
Total	1.615	-	2.498	-

Componente	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Valor da amortização anual	504	223	191	191	97	-	1.206
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	T O T A L
%			42,8		11,6	45,7	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BB/FINAME Trafo 25MVA	Linhas e Redes - Subestação	4,5%aa	TJLP	02//2019 A 07/2024	920
BB CCB Contr.045809011	Capital de Giro	3,924%aa	TLLP	09/2018 A 05/2020	728
Contrato de Mútuo	Capital de giro	0,9%am	-	01/2019	303
Eletróbrás-ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	117
Eletróbrás-ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	86
Eletróbrás-ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 06/2020	70
CCB-BBD-Contr.3050646-8	Financiamento veículo	12,00%aa	TJLP	12/2016 a 05/2020	55
BCO VW AMAROK 39989811	Financiamento veículo	16,49%aa	Outros	05/2018 a 04/2021	52

Mutações de Empréstimos e Financiamentos

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2016	2.975	552
Ingressos/Capitalizações	311	81
Amortização	(2.983)	-
Transferências	154	(265)
Saldo em 31/12/2017	457	368
Ingressos/Capitalizações	951	1.326
Amortização	(730)	-
Transferências	488	(488)
Saldo em 31/12/2018	1.166	1.206

Ingressos/Capitalizações: referem-se a financiamento de máquinas e equipamentos e veículos adquiridos em 2018(R\$ mil 1.074), capital de giro (R\$ mil 1.203).

NOTA 21 - CONCESSIONARIAS E PERMISSONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA
Refere-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

Credora	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CELG Distribuição S/A - CELG "D"	815	-	1.514	815

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	269	473
Taxa de Fiscalização	8	8
Pesquisa e Desenvolvimento	535	401
FNDCT	18	19
MME	9	9
Recursos a aplicar	508	373
Programa de Eficiência Energética	1.457	1.409
PROCEL	89	32
Recursos a aplicar	1.368	1.377
Bandeira Tarifária	430	1.294
Total	2.699	3.585

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n.º. 300/2008 e 316/2008. Está registrado em 31/12/18 como serviço em curso o valor de R\$ 989 mil referente a aplicação de recursos de PEE e P&D cujas ordens em curso ainda não foram encerradas.

NOTA 23 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/17	Adição	Amortização	Saldo 31/12/18	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	908	1.903	(2.498)	313	-	313	313
CVA - Energia comprada	603	449	(739)	313	-	313	313
CVA - PROINFA	(12)	-	12	-	-	-	-
CVA - CDE	190	183	(373)	-	-	-	-
CVA - Risco hidrológico projetado	127	1.271	(1.398)	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	-	4.361	(3.399)	962	361	601	962
Bandeira tarifária	-	3.967	(3.366)	601	-	601	601
Neutralidade/Adicional PEE 2010/2012	-	394	(33)	361	361	-	361
Total	908	6.264	(5.897)	1.275	361	914	1.275

NOTA 24 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia.

NOTA 25 - PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Componente	2018		2017	
	Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	384	150		

São valores faturados de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos e que na próxima revisão tarifária contribuirão com a modicidade tarifária

NOTA 26 - INCENTIVOS FISCAIS

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2018	2017
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	28	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 27 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	2018			2017		
	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.040.982	7,17	21.804
Total	3.260.982	-	23.381	3.040.982	-	21.804

Em 31 de dezembro de 2018 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) era de R\$11,44 (2017- R\$ 11,63).

Reservas de Capital	2018	2017
Agio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	762	711
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	6.769	6.718

Reservas de Lucros	2018	2017
Reserva legal	581	420
Reserva para investimentos	6.589	5.475
Adiantamento para aumento capital social	-	1.200
Total	7.170	7.095

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil 1.582 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS

Serviços	2018		2017	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	93	1.229	52	1.258
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	89	818	52	840
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	7	97	7	120
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	14	268	10	236
TOTAL	203	2.412	119	2.454

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda - ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão - AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de arvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais em portarias

de prédios, limpeza e conservação e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 951 de 04 de abril de 2017, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2018.
Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

NOTA 29 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

Componentes	2018	2017
Lucro líquido do exercício	3.213	2.614
(-) Constituição de reserva legal	(161)	(131)
Lucro líquido ajustado	3.052	2.483
Dividendos propostos	763	621
(-) Dividendos intermediários	(1.470)	(1.367)

NOTA 30 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2018, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 31 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 313 mil para empregados a título de Programa de Participação nos Resultados - PPR e R\$ 169 mil para diretores (2017 - R\$ 314 mil e R\$ 138 mil respectivamente).

NOTA 32 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**FORNECIMENTO FATURADO**

CLASSE	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Residencial	28.336	27.949	46.220	45.078	40.690	36.132
Industrial	82	84	16.212	14.183	10.682	8.084
Comércio e serviços	3.104	3.047	22.060	21.289	19.229	16.795
Rural	4.709	4.611	18.171	16.820	9.445	7.932
Poder Público	447	451	5.892	5.851	4.783	4.254
Iluminação Pública	33	31	7.499	8.895	3.798	3.957
Serviço Público	69	66	4.578	4.583	2.874	2.584
Consumo Próprio	11	11	192	208	-	-
(=) Fornecimento faturado	36.791	36.250	120.824	116.906	91.501	79.738
Fornecimento Não Faturado					(1)	229
Devolução Consumo Faturado a Maior						
Fornecimento de energia elétrica	36.791	36.250	120.824	116.906	91.500	79.967
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária - aportes CDE					4.048	3.927
Subsídio Baixa Renda					706	604
Encargos de conexão de agentes de geração					282	198
Renda da prestação de serviço					346	511
Serviço taxado					163	158
Arrendamento e aluguéis					331	318
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios					3.857	3.490
Fornecimento diferimento ou devoluções					(280)	(328)
Outras receitas					217	9
Outras receitas operacionais					9.670	8.887
Total da receita operacional bruta					101.170	88.854
Deduções da receita operacional						
ICMS					(24.946)	(21.789)
PIS					(1.100)	(963)
COFINS					(5.309)	(4.445)
ISS					(12)	(12)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(7.472)	(5.799)
Programa de P&D e eficiência energética					(561)	(482)
Bandeira tarifária					(2.936)	(2.339)
Taxa de fiscalização					(93)	(91)
Total deduções da receita operacional					(42.429)	(35.920)
Receita operacional líquida					58.740	52.934

*crescimento de mercado de 3,37% no ano

Deduções da receita operacional: Consideramos como deduções da receita operacional, valores de PIS R\$ mil 412 (2017-R\$ mil 359) e COFINS R\$ mil 1.900 (2017 - R\$ mil 1656) calculados sobre o ICMS, contabilizados em gastos operacionais (provisão para litígios fiscais) com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502..

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 33 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2018	2017
Conta de desenvolvimento energético – CDE	5.799	6.776
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.472	5.799
Taxa de fiscalização - ANEEL	93	91
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	561	482
Proinfa	910	877
Bandeira tarifária	2.936	2.339
Total	11.972	9.588

NOTA 34 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP

Componentes	MWh		Reais mil	
	2018	2017	2018	2017
CELG Distribuição S/A CUSD/TUSD	-	75.602	70.060	18.532
COPEL Geração e Transmissão S/A	78.521	30.853	11.560	4.475
Cotas de Garantias Físicas / Reconstrução	33.037	14.760	8.971	4.436
Eletronuclear - Cotas demanda Itaipu	21.034	9.073	4.952	1.805
Eletronuclear - Cotas de energia nuclear - Angra	3.929	1.647	974	371
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	2.913	2.938	910	877
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	1.478	729
Total	139.434	134.873	35.899	31.225

NOTA 35 – OUTRAS DESPESAS

Componentes	2018	2017
Arrendamento e aluguéis	23	41
Seguros	86	68
Tributos	120	114
(-) Recuperação de despesa	(259)	(213)
Taxa arrecadação	391	460
Taxas bancárias	17	22
Tarifas CCEE	9	2
Custo campanha medidas	-	338
Transgressões DIC/FIC/DMIC	126	61
Penalidade contratuais e regulatórias	-	122
Mensalidades associativas	19	17
Custeio conselho de consumidores	35	21
Consumo próprio energia elétrica	175	173
Indenizações por perdas e danos	204	-
Outras	114	70
Total	1.060	1.296

NOTA 36 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2018	2017
Ganhos na alienação de bens e direitos	37	120
Perdas na desativação de bens e direitos	(217)	(154)
Total	(180)	(34)

NOTA 37 – RECEITA/DESPESA DE CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CONCESSÃO

Componentes	2018	2017
Receita de construção da infraestrutura da concessão	3.340	3.219
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	(3.340)	(3.219)
Refere-se a receitas e custos com construção da infraestrutura adicionada ao ativo imobilizado em serviço em 2018 e 2017.		

NOTA 38 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2018	2017
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.120	967
Renda de aplicação financeira	203	316
Receita financeira de precatório	302	198
Juros de parcelamentos	205	34
Receita financeira de recontabilização - CCEE	110	1
Atualização de ativos regulatórios	101	45
Varição monetária energia Itaipu	82	-
Transgressão DIC/FIC/DMIC	-	57
Outras receitas financeiras	57	37
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(101)	(77)
Total	2.079	1.578
Despesas Financeiras	2018	2017
Juros e variação monetária incorporação SE/Rialma	616	172
Varição monetária energia Itaipu	189	-
Despesa financeira de recontabilização - CCEE	108	-
Encargos das dívidas de curto prazo - juros	49	173
Encargos das dívidas de curto prazo - empréstimos e financiamentos	69	79
Multas sobre impostos e contribuições sociais	8	7
Varição monetária de passivos regulatórios	77	196
Outras despesas financeiras	67	64
Total	1.183	691
RESULTADO	896	887

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 39 - SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de 01 transformador de força de 10MVA e da frota de veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e ou materiais incorridos;

Seguradora Risco		Vigência	Importância Segurada	Prêmio
BB Seguros	Apólice 3897637286731 - Cobertura compreensiva	28/12/18 a 28/12/19	Tabela FIPE	93
Bradesco Seguros	Apólice 000188 - Trafo de 25MVA	30/11/18 a 30/11/19	1.150	34

NOTA 40 – ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Reajuste Tarifário Anual - RTA - 2018

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custo gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 2.483, de 13 de novembro de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da CHESP em 1,51% (um vírgulacinquenta e um por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2018 a 21 de novembro de 2019.

II) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2021. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

NOTA 41 - BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita												2018	2017	
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
	53	56	55	59	61	62	60	57	61	59	61	62	706	608

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 se apresenta no valor de R\$ 123(2017 - R\$ 113).

NOTA 42 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 36.791 unidades consumidoras, sendo 28.336 da classe residencial, 4.709 da classe rural, 3.104 da classe comercial e 642 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição - TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

No exercício de 2018 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 2.936 mil de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 74 mil foram repassados a CCEE, R\$ 357 foram repassados pela CCEE para a CHESP visando cobertura de risco hidrológico, R\$ 2.789 mil foram considerados no reajuste tarifário de 2018 como Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"- CVAenergia R\$ 430 mil continuam em aberto registrado no passivo como -encargos setoriais (nota 22); Ceres-GO, 31 de dezembro de 2018

COMPANHIA HIDROELÉTRICASÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina de Pina Martin Presidente	Ricardo de Pina Martin Conselheiro
Guilherme de Pina Martin Conselheiro	
Antonio Luiz de Pina Neto Conselheiro	Rodolfo de Podestá Martin Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo de Pina Martin Diretor Presidente	Carolina de Podestá Martin Santana Diretora Econômico-Financeira
Raufflin Gonçalves de Souza Diretor Técnico-Comercial	

Vanderlei da Costa
Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2
CPF 167.147.171-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP Ceres - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como



informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

" Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

" Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

" Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

" Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

" Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 20 de março de 2019.

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA

CONTADOR CRC/RS 43890.0-9

Mestre em Controladoria - CNAI 1076

ACS CONTABILIDADE E AUDITORIA SS

(051) 3226-3945 / 3224-4426 / 99934-4129

www.acscontab.com.br - CVM 12.840